ISSN: 2358-8829

O CURSINHO PRÉ-ENEM DO CCA/UFPB E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE ACESSO E INCLUSÃO EDUCACIONAL

Luiza Benício Pereira[1]
Fabrício do Nascimento Araújo[2]
Djail Santos[3]

1. INTRODUÇÃO

Pensar em uma educação sem políticas públicas é uma tarefa extremamente difícil, pois elas orientam e promovem o acesso ao ensino superior, cuja expansão ao longo dos anos está relacionada ao processo de democratização da educação. No contexto dos cursinhos populares, a democratização do ensino representa uma oportunidade de inclusão social, aprendizagem significativa e diversificação do público estudantil. Nesse sentido, o Cursinho Pré-ENEM Comunitário do Centro de Ciências Agrárias (CCA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II, atua na preparação de estudantes oriundos de escolas públicas para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nessa perspectiva, Libâneo destaca que:

> A escolarização é um dos requisitos fundamentais para o processo de democratização da sociedade, entendendo por *democratização* a conquista, pelo conjunto da população, das condições materiais, sociais, políticas e culturais que lhe possibilitem participar na condução das decisões políticas e governamentais. (Libâneo, 2013, p. 33).

Assim, por meio de aulas gratuitas, o projeto atende estudantes de Areia (PB), Remígio (PB) e cidades circunvizinhas, oferecendo uma formação sólida e multidisciplinar, por meio de diferentes estratégias de aprendizagem, como oficinas de xadrez, testes vocacionais, simulados periódicos e acompanhamento individualizado. Essas atividades configuram o projeto como uma iniciativa de inclusão social,

[1] Mestra em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB., luizabenicio14@gmail.com;
[2] Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, fabnascimento73@gmail.com;
[3] Professor orientador: Doutor, Centro de Ciências Agrárias - UFPB, djail.santos@academico.ufpb.br.

acolhimento e ampliação de oportunidades para jovens e adultos, tanto aqueles que ainda estão inseridos no ambiente escolar quanto os que concluíram seus estudos há mais tempo. Nesse contexto, Libâneo aponta que:

> A escolarização tem, portanto, uma finalidade muito prática. Ao adquirirem um entendimento crítico da realidade por meio do estudo das matérias escolares e do domínio de métodos pelos quais desenvolvem suas capacidades cognoscitivas e formam habilidades para elaborar independentemente os conhecimentos, os alunos podem expressar de forma elaborada os conhecimentos que correspondem aos interesses majoritários da sociedade e inserir-se ativamente nas lutas sociais (Libâneo, 2013, p. 34).

Nessa perspectiva, é importante compreender que a democratização da educação não se limita à oferta de vagas ou à ampliação do acesso às instituições de ensino, mas também envolve a criação de condições que permitam aos sujeitos reconhecer suas potencialidades e transformar sua realidade social. Freire (1996) defende uma educação fundamentada na autonomia, na criticidade e na emancipação dos educandos, compreendendo-os como sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento.

Desse modo, os cursinhos populares assumem uma função que ultrapassa a preparação conteudista para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pois também contribuem para o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes sobre suas trajetórias, seus direitos e suas possibilidades de ingresso no ensino superior.

Entretanto, a ampliação das oportunidades educacionais ainda enfrenta desafios relacionados às desigualdades socioeconômicas que atravessam a sociedade brasileira. Saviani (2012), ao discutir a relação entre educação e sociedade, evidencia a necessidade de compreender a escola dentro de um contexto marcado por contradições sociais, no qual o acesso à educação também representa uma possibilidade de enfrentamento das desigualdades. Nessa perspectiva, estudantes oriundos da rede pública frequentemente encontram dificuldades que ultrapassam o domínio dos conteúdos escolares, envolvendo limitações de acesso a materiais didáticos, acompanhamento pedagógico e oportunidades de preparação para processos seletivos. Assim, iniciativas como o Cursinho Pré-ENEM do CCA/UFPB contribuem para reduzir parte dessas disparidades, oferecendo suporte educacional gratuito e ampliando as possibilidades de participação desses sujeitos nos processos de ingresso à universidade.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de compreender a inclusão educacional para além do ingresso na universidade, considerando também as condições

sociais, econômicas e pedagógicas que influenciam a trajetória dos estudantes. Bourdieu e Passeron (1975), ao analisarem os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais por meio do sistema educacional, demonstram como as diferenças de capital cultural e social podem influenciar as oportunidades e os resultados escolares dos indivíduos. Essa reflexão permite compreender que estudantes de diferentes contextos sociais não chegam aos processos seletivos em condições necessariamente equivalentes. Nesse sentido, os cursinhos populares constituem importantes estratégias de enfrentamento dessas desigualdades, ao oferecerem oportunidades de aprendizagem, orientação e fortalecimento das perspectivas acadêmicas.

Diante desse contexto, torna-se relevante analisar a contribuição dessas iniciativas para a democratização do ensino superior, considerando não apenas a preparação para os processos seletivos, mas também as oportunidades educacionais proporcionadas aos estudantes. Assim, o objetivo geral deste trabalho é refletir sobre os impactos do Cursinho Pré-ENEM do CCA/UFPB no processo de democratização do acesso ao ensino superior.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantiqualitativa, de caráter descritivo e documental, desenvolvida a partir da análise dos dados referentes à aprovação do projeto nos anos de 2024 e 2025. Inicialmente, foi realizado o levantamento e a organização dos dados correspondentes aos dois períodos, com o propósito de identificar os resultados alcançados, observar possíveis variações e estabelecer comparações entre os anos analisados. A abordagem quantitativa possibilitou a organização e a interpretação dos dados numéricos, enquanto a abordagem qualitativa permitiu discutir os resultados considerando o contexto educacional e os aspectos relacionados à formação dos participantes.

Como fundamentação teórica, foi realizada uma revisão bibliográfica, tendo como principal documento norteador a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), bem como teóricos e científicos que discutem sobre a educação, os processos de ensino e aprendizagem e à formação educacional. A articulação entre os dados levantados e a literatura consultada possibilitou uma análise mais ampla dos resultados, contribuindo para a compreensão da importância do projeto no contexto educacional.

ISSN: 2358-8829

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Democratização do ensino superior e políticas públicas de acesso à educação

A democratização do ensino superior constitui uma das principais discussões no campo das políticas educacionais brasileiras, especialmente diante das desigualdades históricas que caracterizam o acesso à educação. Durante muito tempo, o ingresso nas universidades esteve associado a condições socioeconômicas e culturais que favoreciam determinados grupos sociais, restringindo as oportunidades de estudantes provenientes das camadas populares. Nesse contexto, a ampliação das políticas públicas educacionais representa uma importante estratégia para promover a igualdade de oportunidades e ampliar a participação de diferentes segmentos da sociedade nas instituições de ensino superior.

Libâneo (2013) enfatiza que a democratização da educação está diretamente relacionada à garantia de condições materiais, sociais, políticas e culturais que possibilitem a participação dos indivíduos na sociedade. Essa compreensão permite reconhecer que o acesso à universidade não deve ser entendido apenas como a disponibilização de vagas, mas como um processo que envolve condições efetivas de preparação, permanência e desenvolvimento acadêmico. Assim, políticas de expansão e inclusão educacional assumem papel fundamental na construção de uma universidade mais acessível e representativa da diversidade social brasileira.

Nessa linha de raciocínio, destacam-se políticas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012, posteriormente atualizada pela Lei nº 14.723/2023) e a ampliação das instituições federais de ensino superior. Essas iniciativas contribuíram para diversificar o perfil dos estudantes universitários e ampliar as possibilidades de ingresso de grupos historicamente excluídos. Entretanto, a existência dessas políticas não elimina, por si só, as desigualdades educacionais, tornando necessárias outras iniciativas complementares que fortaleçam a preparação dos estudantes para os processos seletivos.

Dessa maneira, os cursinhos populares e comunitários inserem-se nesse cenário como instrumentos de democratização educacional, uma vez que oferecem preparação gratuita e acompanhamento pedagógico a estudantes que, muitas vezes, não possuem condições financeiras de frequentar instituições particulares. Sua atuação fortalece o

compromisso social da educação e aproxima as universidades das comunidades, contribuindo para que o ingresso no ensino superior deixe de ser uma possibilidade restrita e se torne um horizonte mais acessível aos diferentes grupos sociais.

3.2 Desigualdades educacionais, inclusão social e oportunidades de aprendizagem

A discussão sobre democratização do ensino superior exige compreender as desigualdades que atravessam a trajetória escolar dos estudantes brasileiros. As diferenças nas condições de ensino, na infraestrutura das escolas, no acesso aos recursos pedagógicos e no acompanhamento educacional produzem oportunidades distintas de aprendizagem. Nesse viés, estudantes provenientes de escolas públicas, especialmente aqueles pertencentes a famílias de baixa renda, podem enfrentar obstáculos adicionais durante a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Bourdieu e Passeron (1975), ao discutirem a reprodução das desigualdades sociais no sistema educacional, demonstram que a instituição escolar não está desvinculada das estruturas sociais. Os autores destacam a influência do capital cultural nas trajetórias escolares, evidenciando que os estudantes chegam aos espaços educativos com diferentes experiências, conhecimentos e condições de acesso aos bens culturais. Essa abordagem contribui para compreender que a concorrência nos processos seletivos nem sempre acontece em condições equivalentes, mesmo quando os critérios de avaliação são comuns a todos os participantes.

Em diálogo com essa perspectiva, Saviani (2012) compreende a educação como uma prática social inserida em uma realidade marcada por contradições e desigualdades. Para o autor, o acesso ao conhecimento sistematizado constitui uma dimensão essencial da formação humana e da transformação social. Dessa maneira, garantir oportunidades de aprendizagem significa também oferecer aos estudantes instrumentos para compreender criticamente a realidade e participar de forma mais efetiva da sociedade.

Freire (1996), por sua vez, defende uma prática educativa fundamentada no diálogo, buscando valorizar os conhecimentos dos estudantes. Essa concepção permite entender que os processos de aprendizagem não devem se restringir à transmissão de conteúdos, mas precisam considerar as experiências e os contextos sociais dos estudantes. Portanto, a inclusão educacional pressupõe reconhecer as diferentes realidades dos estudantes e desenvolver estratégias pedagógicas que contribuam para minimizar as

desigualdades de aprendizagem. Nesse cenário, os cursinhos comunitários representam espaços de apoio e formação, possibilitando não apenas a revisão dos conteúdos exigidos no ENEM, mas também o desenvolvimento de habilidades, a construção da autonomia e o fortalecimento dos projetos de vida dos participantes.

3.3 Cursinhos populares, extensão universitária e compromisso social da universidade

Os cursinhos populares constituem iniciativas educacionais que buscam ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior, diferentemente dos cursos preparatórios particulares. Esses espaços apresentam um caráter social e coletivo, fundamentado na gratuidade, na inclusão e na valorização da educação como direito. Além da preparação para os exames de seleção, possibilitam a troca de experiências, o desenvolvimento de conhecimentos e a aproximação entre a educação básica e o ensino superior.

Zago (2008), ao discutir os limites e as perspectivas dos cursos pré-vestibulares populares, destaca a importância dessas iniciativas na ampliação das possibilidades de ingresso de estudantes das camadas populares nas universidades. Essa discussão também pode ser relacionada ao papel das universidades públicas, especialmente por meio das atividades de extensão universitária. A universidade não deve limitar sua atuação ao ensino e à pesquisa, mas também desenvolver ações que respondam às necessidades sociais das comunidades nas quais está inserida.

Na perspectiva de Santos (2004), a universidade precisa fortalecer sua responsabilidade social e estabelecer relações mais democráticas com a sociedade, enfrentando os desafios relacionados à exclusão e às desigualdades. Essa reflexão reforça a importância de projetos de extensão que promovam a circulação do conhecimento acadêmico para além dos espaços universitários, estabelecendo relações de diálogo e cooperação com a população.

4. RESULTADOS

Os resultados obtidos pelo Cursinho Pré-ENEM do CCA/UFPB evidenciam sua contribuição para a ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior. De acordo com os registros disponibilizados pelo projeto, foram identificados 47 estudantes

aprovados no SISU 2024 e 32 no SISU 2025, totalizando 79 estudantes aprovados nos dois anos analisados. Em relação às instituições de ensino, destacou-se a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que concentrou 44,3% das aprovações, seguida pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com 22,8%, e pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com 21,5%. O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) correspondeu a 2,5% das aprovações, enquanto as demais instituições, incluindo IFRN, UESPI, UFAPE, UFDPAR, UFES, UFMT e UFPI, registraram, individualmente, 1,3% do total. Esses resultados demonstram a abrangência institucional alcançada pelo cursinho, com aprovações em diferentes instituições públicas de ensino superior e em distintos estados brasileiros.

Outro aspecto relevante refere-se à diversidade de cursos contemplados nas aprovações, abrangendo diferentes áreas do conhecimento, como Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas. Entre os cursos escolhidos pelos estudantes, destacam-se Medicina Veterinária, Zootecnia, Agronomia, Ciências Biológicas, Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, Química, História, Geografia e Letras, entre outros. Essa variedade evidencia que os estudantes participantes do projeto alcançaram oportunidades de ingresso em diferentes campos de formação acadêmica e profissional. Dessa forma, as aprovações registradas reforçam a relevância do Cursinho Pré-ENEM do CCA/UFPB como uma iniciativa de extensão universitária comprometida com a inclusão educacional, a ampliação das oportunidades de aprendizagem e a democratização do acesso ao ensino superior.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas, compreende-se que o Cursinho Pré-ENEM Comunitário do CCA/UFPB desempenha um importante papel na democratização do acesso ao ensino superior, ao proporcionar oportunidades gratuitas de aprendizagem e formação acadêmica, o projeto fortalece a inclusão social, amplia perspectivas profissionais e aproxima a universidade da comunidade. Portanto, iniciativas como essa reafirmam a importância da extensão universitária e das políticas públicas educacionais na construção de uma educação mais democrática, acessível e socialmente comprometida.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa**.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

ZAGO, Nadir. **Cursos pré-vestibulares populares:** limites e perspectivas. Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 149-174, jan./jun. 2008.